SUMÁRIO

Prefeitura de Trindade - PE

Assistente Social (Secretaria Municipal de Saúde)

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e Análise Textual (compreensão global, ideias principais e secundárias, inferências, coesão, coerência, gêneros textuais e variedades linguísticas) 1
Redação Oficial (elaboração de correspondências, ofícios, circulares e protocolos) ... 18
Sintaxe 40
Concordância verbal e nominal 46
Regência 52
Crase 59
Pontuação 63
Questões 67
Gabarito 78

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Sistema Único de Saúde – SUS – Lei Federal Nº 8.080/1990 1
Participação da Comunidade na Gestão do SUS – Lei Federal Nº 8.142/1990 20
Constituição Federal – Saúde – Constituição Federal de 1988 22
Decreto de Organização do SUS – Decreto Federal Nº 7.508/2011 25
Política Nacional de Atenção Básica – PNAB – Portaria GM/MS Nº 2.436/2017 32
Política Nacional de Humanização – PNH – Portaria GM/MS Nº 1.820/2009 ; Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde – Portaria GM/MS Nº 1.820/2009 64
Lei de Proteção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – Lei Federal Nº 12.764/2012 70
Lei de Saúde Mental – Lei Federal Nº 10.216/2001 73
Lei dos Planos de Saúde – Lei Federal Nº 9.656/1998 75
Questões 95
Gabarito 101

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Fundamentos Do Serviço Social Aplicados À Área Da Saúde 1
Atuação Profissional Do Assistente Social Nos Serviços De Saúde 6
Instrumentalidade E Dimensões Técnico-Operativas Do Serviço Social Na Saúde 11
Acolhimento, Escuta Qualificada E Atendimento Social De Pacientes E Familiares 17
Entrevista Social E Abordagem De Situações Sociofamiliares Relacionadas Ao Processo Saúde-Doença 22
Estudo Socioeconômico E Avaliação Social Aplicada Ao Atendimento De Pacientes 27
Visita Domiciliar Para Avaliação E Acompanhamento Social 33
Elaboração De Relatórios, Pareceres, Laudos E Registros Técnicos Na Área Da Saúde 38
Atuação Do Assistente Social No Processo De Hospitalização E Na Preparação Da Alta Social 43
Continuidade Do Acompanhamento Social Após A Alta E Acompanhamento De Pacientes Em Tratamento Prolongado 49
Intervenção Profissional Em Situações De Cuidados Paliativos E Acompanhamento De Familiares 54
Atuação Diante De Situações De Violência, Negligência, Abuso E Abandono Identificadas Nos Serviços De Saúde 59
Educação Em Saúde E Ações De Orientação Social Para Pacientes, Familiares E Comunidade 64
Trabalho Do Assistente Social Em Equipes Multiprofissionais E Interdisciplinares De Saúde 70
Ética Profissional, Sigilo, Prontuário E Responsabilidade Técnica No Exercício Do Serviço Social Na Área Da Saúde 76
Questões 82
Gabarito 89

GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS SOCIAIS

Conselho e direitos sociais 1
Criação e implementação de políticas públicas sociais 4
Direitos da criança e do adolescente 10
Direitos humanos e cidadania; Direitos sociais e assistência social 80
Gestão de serviços socioassistenciais 84
Inclusão social e combate à vulnerabilidade 87
Legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 96
Legislação e direitos previdenciários 120
Proteção social básica e especial 165
Rede de serviços sociais e intersetorialidade 172

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Planejamento e execução de programas sociais; Supervisão e acompanhamento de projetos sociais 179
Trabalho interdisciplinar com outras áreas 184
Vigilância social e prevenção de vulnerabilidades 186
Questões 192
Gabarito 200

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.864, de 2013)

Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

TÍTULO II

DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 1º Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.

§ 2º A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES

Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Questão social e determinação social da saúde

Saúde para além do evento biológico

A compreensão do processo saúde-doença exige considerar que adoecer, tratar-se e recuperar condições de vida não dependem apenas de alterações orgânicas. Trabalho, renda, moradia, alimentação, mobilidade, relações familiares, acesso a serviços públicos, exposição a violências e possibilidades de participação social interferem na maneira pela qual cada pessoa consegue proteger a própria saúde e utilizar os recursos disponíveis. Para o Serviço Social, essa leitura amplia o foco do atendimento: a doença pode ser o motivo imediato da entrada no serviço, mas a intervenção profissional se dirige às condições sociais que atravessam a experiência de cuidado e podem produzir barreiras concretas ao exercício de direitos.

Condições de vida, trabalho e reprodução social

As condições de vida aparecem no cotidiano dos serviços em formas muito concretas. Um trabalhador com condição crônica pode compreender as orientações recebidas e, ainda assim, ter dificuldade para comparecer a retornos porque exerce atividade informal, perde renda quando se ausenta e depende de transporte demorado. A dificuldade não deve ser interpretada automaticamente como desinteresse. O atendimento social procura identificar como o trabalho, o orçamento doméstico, os vínculos, o território e os recursos públicos disponíveis se combinam naquele caso. A análise também considera capacidades e apoios existentes, evitando reduzir a pessoa a um conjunto de carências.

A diferença entre um olhar restrito ao evento biológico e uma compreensão social ampliada pode ser organizada por critérios que mostram como cada perspectiva produz perguntas distintas.

Critério	Perspectiva biológica restrita	Compreensão social ampliada	Implicação para o Serviço Social
Foco principal	Alteração orgânica e tratamento	Relação entre saúde, vida cotidiana e direitos	Identificar barreiras e recursos sociais relevantes
Pergunta central	Qual é o agravo e qual cuidado clínico é indicado?	Em que condições a pessoa conseguirá acessar e sustentar o cuidado?	Investigar trabalho, renda, vínculos, território e proteção social
Informação valorizada	Dados clínicos	Dados sociais articulados ao percurso assistencial	Produzir análise social pertinente, sem invadir campos de outras profissões
Resultado esperado	Resposta ao problema clínico	Continuidade do cuidado com condições sociais consideradas	Articular direitos, serviços e redes quando necessário

A ampliação do olhar não substitui o conhecimento clínico nem converte todo problema de saúde em problema social. Ela permite reconhecer que decisões assistenciais podem produzir efeitos diferentes conforme a realidade de cada usuário. A contribuição profissional está justamente em tornar visíveis fatores que poderiam permanecer fora da discussão se a experiência do paciente fosse reduzida ao diagnóstico.

Objeto profissional e expressões da questão social

No Serviço Social brasileiro, as expressões da questão social constituem referência central para compreender desigualdades e conflitos que se manifestam no acesso a bens, serviços e direitos. Na saúde, essas expressões podem aparecer como impossibilidade de deslocamento, insegurança de renda, ausência de documentação, moradia inadequada, sobrecarga de cuidado, discriminação, rompimento de vínculos ou dificuldade de alcançar

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Natureza Jurídica e Fundamentos do Conselho Tutelar

Fundamento Constitucional e a Doutrina da Proteção Integral

A criação do Conselho Tutelar decorre diretamente da adoção, pelo ordenamento brasileiro, da doutrina da proteção integral, segundo a qual crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, e não como objetos de tutela discricionária do Estado ou da família. Essa mudança de paradigma rompe com a lógica anterior, de caráter assistencialista e correcional, e impõe à sociedade, à família e ao poder público o dever conjunto de assegurar, com absoluta prioridade, o exercício dos direitos fundamentais dessa população. A absoluta prioridade não é uma expressão retórica, mas um comando normativo que determina precedência no atendimento em serviços públicos, na destinação de recursos orçamentários, na formulação de políticas sociais e na preferência na formulação e execução de programas voltados à infância e à adolescência. O Conselho Tutelar surge como instrumento concreto de operacionalização desse mandamento, funcionando como órgão de execução da política de proteção em nível municipal, dotado de competência para intervir de forma célere sempre que direitos dessa população estejam ameaçados ou violados.

Natureza Não Jurisdicional e Autonomia Funcional

O Conselho Tutelar caracteriza-se como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, o que significa que suas decisões não possuem natureza de sentença judicial, não fazem coisa julgada e podem ser revistas pela autoridade judiciária competente quando provocada pelos interessados ou pelo Ministério Público. Essa característica não diminui sua relevância institucional, pois o órgão atua com poder de decisão administrativa vinculante no âmbito de sua competência, podendo determinar a aplicação de medidas de proteção sem necessidade de prévia manifestação judicial. A autonomia funcional do Conselho Tutelar significa que ele não se subordina hierarquicamente ao Poder Judiciário, ao Ministério Público ou ao Poder Executivo municipal, ainda que dependa financeiramente da estrutura orçamentária do município para seu funcionamento. Essa independência decisória é essencial para que o órgão possa atuar com celeridade diante de situações de risco, sem os entraves procedimentais próprios do processo judicial.

Relação Institucional com o Poder Judiciário e o Ministério Público

Embora não integre a estrutura do Judiciário, o Conselho Tutelar mantém relação de complementaridade com a autoridade judiciária e com o Ministério Público. Compete à autoridade judiciária apreciar recursos contra decisões do Conselho Tutelar quando questionadas por qualquer interessado, bem como decidir sobre matérias que a legislação reserva expressamente à jurisdição, como a destituição do poder familiar, a colocação em família substituta e a apuração de ato infracional. O Ministério Público, por sua vez, exerce função de controle externo da atividade do Conselho Tutelar, podendo requisitar informações, expedir notificações e promover as medidas judiciais necessárias quando constatada omissão ou ilegalidade na atuação conselheira. Essa tríade institucional, formada pelo Conselho Tutelar, pela autoridade judiciária e pelo Ministério Público, compõe um sistema de checagem recíproca que busca equilibrar agilidade administrativa com garantias de legalidade e correção das decisões que afetam a vida de crianças e adolescentes.

Composição, Processo de Escolha e Estrutura de Funcionamento do Conselho Tutelar

Processo de Escolha dos Membros e Legitimidade Democrática

Os membros do Conselho Tutelar são escolhidos por meio de processo eletivo, realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público, com data unificada em todo o território nacional. A escolha mediante sufrágio direto da população local confere

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.